



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2013

Senhores Acionistas:
Em atendimento às obrigações legais estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas as Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, nos colocamos à disposição para esclarecimentos adicionais.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2013	31/12/2012
ATIVO			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	479.063	1
Impostos e contribuições sociais	5	1.331	
Despesas pagas antecipadamente		183	
Outros créditos		8	
		480.585	1
Não circulante			
Impostos e contribuições sociais	5	8.025	
Imposto de renda e contribuição social diferidos	6	1.038	
Despesas pagas antecipadamente		435	
		9.498	-
Imobilizado	8	212.229	
Intangível	9	17.768	
		229.997	-
Total do ativo		720.080	1

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)

	2013
Geração do valor adicionado	228.887
Receita relativa à construção de ativos próprios	221.655
Outras receitas	7.232
(-) Insumos adquiridos de terceiros	(222.617)
Materiais	(117.005)
Serviços de terceiros	(97.586)
Outros custos operacionais	(8.026)
Valor adicionado bruto	6.270
Valor adicionado líquido produzido	6.270
Valor adicionado recebido em transferência	
Receitas financeiras	8.437
Valor adicionado total a distribuir	14.707

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

1 Contexto operacional

A Empresa de Energia Cachoeira Caldeirão S.A. (Companhia ou Cachoeira Caldeirão), nova denominação social da C.D.V.S.P.E. Empreendimentos e Participações S.A., constituída em 26 de outubro de 2012 como uma sociedade anônima de capital fechado, com sede no município de São Paulo - SP é controlada integral da EDP - Energias do Brasil S.A. (EDP - Energias do Brasil). A Companhia está constituída sob forma de Sociedade por ações, com objeto social de atuação na realização de estudos, projetos, construção, instalação, implantação, operação comercial, manutenção, a exploração do potencial da Usina Hidrelétrica Cachoeira Caldeirão (UHE Cachoeira Caldeirão), a comercialização da energia gerada por esse empreendimento, bem como a realização de quaisquer outros serviços afins ou complementares relacionados ao seu objeto social. A Companhia poderá ainda participar de outras empresas, negócios e empreendimentos voltados à atividade energética. Em 15 de fevereiro de 2013, a UHE Cachoeira Caldeirão foi habilitada em nome da EDP - Energias do Brasil S.A., como resultado de sua

	Nota	31/12/2013	31/12/2012
PASSIVO e PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Circulante			
Fornecedores	10	2.900	
Impostos e contribuições sociais	5	1.653	
Debêntures	11	659.690	
Obrigações estimadas com pessoal		162	
Provisões	13	37.016	
Outras contas a pagar		29	
		701.450	-
Não circulante			
Partes relacionadas	7	2	
Adiantamento para futuro aumento de capital	7	600	
Uso do bem público	12	7.124	
Provisões	13	12.918	
		20.644	-
Patrimônio líquido			
Capital social	14.1	1	1
Prejuízos acumulados		(2.015)	
		(2.014)	1
Total do passivo e patrimônio líquido		720.080	1

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Distribuição do valor adicionado

	2013
Pessoal	672
Remuneração direta	54
Benefícios	39
FGTS	(1.008)
Impostos, taxas e contribuições	147
Federais	16.669
Estaduais	149
Remuneração de capitais de terceiros	16.722
Juros	(2.015)
Aluguéis	14.707
Prejuízo do exercício	

participação no Leilão A-5/2012, realizado em 14 de dezembro de 2012. O aviso de adjudicação e homologação foi publicado em 8 de março de 2013. Em 21 de março de 2013 foram enviados para a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, os documentos de constituição da Empresa de Energia Cachoeira Caldeirão S.A.

Os documentos de constituição da Companhia foram aprovados, por meio do Despacho ANEEL nº 1.007/2013. Em 27 de março de 2013 iniciou-se o processo de adesão à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE e, o aporte das Garantias de Fiel Cumprimento no valor de R\$42.797, foi realizado em 8 de abril de 2013.

Dos 24 Contratos de Compra e Venda de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - CCEAR apenas dois CCEARs ainda não estão assinados aguardando resolução de pendências da compradora junto a CCEE.

1.1 Concessão

A Companhia detém o direito de concessão da UHE Cachoeira Caldeirão por meio do Contrato de Concessão nº 01/2013, celebrado junto ao Ministério de Minas e Energia - MME, com as seguintes características:

Capacidade instalada	Energia assegurada	Concessão	
		Início	Término
(MW)	(MWh)		
219,00	129,70	29/05/2013	29/05/2048

em conformidade com as *International Financial Reporting Standards* - IFRS, emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB e legislação específica emanada pela ANEEL, quando esta não for conflitante com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado - DVA é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil para as companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras. A Administração da Companhia autorizou a conclusão das demonstrações financeiras em 26 de fevereiro de 2014.

2.1.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor e ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo.

2.1.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real e as demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em reais, arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.2 Resumo das principais práticas contábeis

As práticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente para os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

a) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, e os investimentos de curto prazo com liquidez imediata, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados ao custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço que equivalem ao valor justo.

b) Imobilizado (Nota 8)

São contabilizados pelo custo de aquisição acrescidos de impostos não recuperáveis sobre a compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessárias para o funcionamento conforme pretendido pela Administração, e deduzidos da depreciação acumulada. Também fazem parte do custo do imobilizado os juros relativos aos empréstimos e financiamentos obtidos de terceiros, capitalizados durante a sua fase de construção, deduzidos das receitas financeiras dos recursos de terceiros, quando aplicável.

Os métodos de depreciação e valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

Em função do disposto nas Instruções Contábeis do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica e na Resolução CFC nº 1.359/11, que aprova o pronunciamento técnico CPC 20 (R1), os encargos financeiros relativos aos financiamentos obtidos de terceiros, efetivamente aplicados no intangível em curso, estão registrados neste subgrupo como custo das respectivas obras.

c) Ativos de infraestrutura vinculados à concessão

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019/57, os ativos de infraestrutura utilizados na geração, são vinculados a esses serviços,

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2013
Custo de operação		
Pessoal		(223)
Materiais e serviços de terceiros		(13)
Outros custos de operação	15	(15)
		(251)
Lucro bruto		(251)
Despesas e Receitas operacionais		
Despesas gerais e administrativas		(1.798)
Outras despesas e receitas operacionais	15	(4)
		(1.802)
Resultado antes do Resultado financeiro e tributos		
		(2.053)
Resultado das participações societárias		
Despesas financeiras		(1.000)
Resultado financeiro	16	(1.000)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		
Resultado líquido do exercício	17	(3.053)
Resultado líquido do exercício		
Resultado por ação atribuível aos acionistas		(2.015)
Resultado básico por ação (Reais/Ação)		
ON	18	(4.030,00)
Resultado diluído por ação (Reais/Ação)		
ON	18	(4.030,00)

A Companhia não divulgou a demonstração de resultados abrangentes, uma vez que não existem efeitos referentes a essa demonstração registrados nas demonstrações financeiras para o exercício de 2013. As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)

	2013	2012
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
(Prejuízo) Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	(3.053)	-
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais		
Valor residual do ativo imobilizado e intangível baixados	6.014	
Encargos de dívidas e variações monetárias sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	8.252	
	11.213	-

(Aumento) diminuição de ativos operacionais

Impostos e contribuições sociais compensáveis	(9.356)
Despesas pagas antecipadamente	(618)
Outros ativos operacionais	(8)
	(9.982)

Aumento (diminuição) de passivos operacionais

Fornecedores	2.900
Outros tributos e contribuições sociais	1.653
Obrigações estimadas com pessoal	162
Uso do bem público	7.124
Outros passivos operacionais	30
	11.869

Caixa proveniente das atividades operacionais

13.100

Caixa líquido proveniente das atividades operacionais

13.100

Fluxo de caixa das atividades de investimento

Aumento (redução) de capital	
Adições ao Imobilizado e Intangível	(178.845)

Caixa líquido aplicado nas (proveniente das) atividades de investimento

(178.845)

Fluxo de caixa das atividades de financiamento

Partes relacionadas	2
Adiantamento para futuro aumento de capital	600

Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos

644.808

Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa

479.063

Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício

479.063

479.063

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 e 2012

(Em milhares de reais)

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2011	-	-	-
Integralização de capital social	1		1
Saldos em 31 de dezembro de 2012	1	-	1
Saldos em 31 de dezembro de 2012	1	-	1
Prejuízo do exercício		(2.015)	(2.015)
Saldos em 31 de dezembro de 2013	1	(2.015)	(2.014)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução ANEEL nº 20/99, regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada, para aplicação na concessão.

d) Ativo intangível (Nota 9)

Os ativos intangíveis compreendem os gastos no desenvolvimento de projetos e o direito de concessão - uso do bem público. Os seguintes critérios são aplicados:

- Direito de concessão - Uso do bem público - UBP: refere-se ao direito de exploração do aproveitamento hidrelétrico e sistema de transmissão associado à UHE. É constituído pelo valor total da contraprestação do direito relacionado com o Uso do bem público até o final do contrato de concessão, a valor presente, e amortizado pelo prazo do contrato de concessão (Nota 12).
- Desenvolvimento de projetos: são reconhecidos como ativos a partir da fase de desenvolvimento desde que cumpram com os requisitos definidos no CPC 04 (R1).

A amortização dos itens do ativo intangível é calculada sobre o valor do ativo, sendo esta reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

e) Licenças Ambientais (Notas 13)

As licenças prévias e de instalação, obtidas na fase do planejamento e instalação do empreendimento, consecutivamente, são reconhecidas como custo da usina, mais especificamente como custo das barragens, conforme Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE da ANEEL, e depreciadas pela vida útil dessas barragens. Já as licenças de operação, obtidas após a entrada em operação dos empreendimentos, caso os custos ambientais associados à obtenção dessas licenças sejam pagos antes da obtenção efetiva da licença, o valor desembolsado é registrado como ativo intangível - licenças de operação e amortizado pelo prazo da vigência da licença. Se a licença for obtida antes dos desembolsos, no momento inicial da vigência da licença o custo estimado desses desembolsos é provisionado e é registrado um ativo intangível - licenças de operação e amortizado pelo prazo de vigência da licença.

f) Demais ativos circulante e não circulante

São demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até a data do balanço.

g) Fornecedores (Nota 10)

Inclui, principalmente, os saldos a pagar aos fornecedores de materiais e serviços. Os valores estão contabilizados de acordo com o regime de competência.

h) Debêntures (Nota 11)

As debêntures são demonstradas pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensuradas ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva.

i) Uso do bem público - UBP (Nota 12)

Corresponde aos valores estabelecidos nos contratos de concessão como contraprestação ao direito de exploração dos aproveitamentos hidrelétricos e sistemas de transmissão, calculados até o final do contrato de concessão, atualizado pelo IPCA e reconhecido a valor presente pela taxa implícita no respectivo contrato.

j) Demais passivos circulante e não circulante

São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e cambiais incorridos até a data do balanço.

k) Imposto de renda e contribuição social (Notas 5, 6 e 17)

O imposto de renda registrado no resultado é calculado com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado) às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente (15%, acrescida de 10% sobre o resultado tributável que exceder R\$240 anuais). A contribuição social registrada no resultado é calculada com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado) por meio da aplicação da alíquota de 9%.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos foram registrados sobre os prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social, diferenças temporárias e eventos decorrentes da Lei nº 11.638/07 - RTT, considerando as alíquotas vigentes dos citados tributos, de acordo com as disposições da Deliberação CVM nº 599/09 e Instrução CVM nº 371/02, e consideram o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade.

O imposto de renda e a contribuição social correntes e diferidos ativos e passivos são apresentados pelo seu montante líquido, conforme requerido pelo Pronunciamento Técnico CPC 32.

As despesas com Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no Patrimônio líquido ou em Outros resultados abrangentes.

A Companhia, para fins de apuração do lucro tributável e seus efeitos sobre as demonstrações financeiras, considera a adoção do Regime Tributário de Transição - RTT, conforme determinado na MP nº 449/08 (convertida na Lei nº 11.941/09).

l) Capital social (Nota 14.1)

Ações ordinárias são classificadas como Capital social, sendo reconhecidos como dedução ao Patrimônio líquido quaisquer custos atribuíveis à emissão de ações e opções de ações, líquido de quaisquer tributos tributáveis.

m) Apuração do resultado

O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência. As receitas financeiras abrangem receitas de juros auferidos em aplicações financeiras, exceto aquelas vinculadas a construção da usina que são capitalizáveis ao ativo imobilizado.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros, variações monetárias, encargos de empréstimos e financiamentos e ajustes a valor presente, exceto aquelas vinculadas a construção da usina que são capitalizáveis ao ativo imobilizado.

n) Resultado por ação (Nota 18)

O resultado básico por ação é calculado utilizando o resultado do exercício atribuível aos acionistas da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo período. O resultado por ação diluído é calculado pelos mesmos indicadores, sendo a média das ações em circulação ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, conforme CPC 41 - Resultado por Ação, aprovado pela Deliberação CVM nº 636/10. Não existe diferença entre o resultado básico e o resultado diluído por ação.

o) Uso de estimativa e julgamento

Na elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e práticas contábeis internacionais, é requerido que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente. Apesar do CPC 01 requerer o teste de imparidade somente quando há indicador de imparidade ou ativo de vida útil indefinida, a Companhia adota como prática a avaliação de imparidade em base anual.

As principais estimativas que representam risco significativo com probabilidade de causar ajustes às demonstrações financeiras, referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: Recuperação do imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias (nota 2.2 item k); e Licenças ambientais (nota 2.2 item e).

p) Instrumentos financeiros (Nota 19)

Instrumentos financeiros são quaisquer transações que dão origem a um ativo ou passivo financeiro ou, ainda, instrumento de patrimônio de outra companhia. Estes instrumentos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido ou deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Posteriormente ao reconhecimento inicial, são mensurados conforme descrito abaixo:

• Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Um instrumento é classificado pelo valor justo por meio do resultado se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal quando do reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são registrados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia esses investimentos e toma as decisões de compra e venda com base em seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado por ela. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos.

2.3 Adoção das Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) novas e revisadas

Algumas normas e emendas das normas e interpretações emitidas pelo IASB ainda não entraram em vigor para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e, portanto, não foram aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras.

O CPC ainda não editou os respectivos pronunciamentos e modificações correspondentes às IFRS novas e revisadas e à IFRIC apresentadas anteriormente. Em decorrência do compromisso do CPC e da CVM de manter atualizado o conjunto de normas emitido com base nas atualizações feitas pelo IASB, é esperado que esses pronunciamentos

e modificações sejam editados pelo CPC e aprovados pela CVM até a data de sua aplicação obrigatória.

2.3.1 Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas pelo IASB e ainda não adotadas pela Companhia

A Companhia está avaliando e ainda não concluiu pelos efeitos e a aplicabilidade das normas abaixo, as quais são aplicáveis a partir de 1º janeiro de 2014, exceto o IFRS 9, com efeito a partir de 1º de janeiro de 2015.

IFRIC 21 - Impostos

A IFRIC 21 é uma interpretação do IAS 37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. O IAS 37 estabelece critérios para o reconhecimento de um passivo, um dos quais é a exigência de que a entidade tem uma obrigação presente como resultado de um evento passado (conhecido como fato gerador da obrigação). Esta interpretação esclarece que o fato gerador da obrigação que dá origem a uma obrigação de pagar uma taxa é a atividade descrita na legislação pertinente que desencadeia o pagamento da taxa.

IAS 32 - Compensação de ativos e passivos financeiros

As alterações à IAS 32 esclarecem questões de adoção existentes com relação às exigências de compensação de ativos e passivos financeiros. Especificamente, essas alterações esclarecem o significado de "atualmente possui o direito legal de compensar" e "realização e liquidação simultâneas".

IAS 36 - Redução ao valor recuperável de ativos: Divulgação de valores a recuperar de ativos não financeiros

O IASB publicou alterações ao IAS 36 relativas à divulgação de valores a recuperar de ativos não financeiros. As alterações introduzidas pelo IAS 36 exigem que a entidade deverá divulgar o valor recuperável dos ativos depreciados, que é baseado no valor justo menos os custos estimados de alienação.

Existem, adicionalmente, alterações incorporadas na IAS 36, na sequência da introdução da IFRS 13 - 'Justo valor: mensuração e divulgação', que vêm a ser corrigidas por meio desta emenda - eliminação do requisito de divulgação do valor recuperável de Unidades Geradoras de Caixa com ativos intangíveis com vida útil indefinida e/ou *goodwill*, quando não tenham sido reconhecidas perdas de imparidade.

IFRS 9 - Instrumentos Financeiros

A IFRS 9 - Instrumentos Financeiros, aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros.

A IFRS 9 foi emitida em novembro de 2009 e revista em outubro de 2010, substituindo os trechos da IAS 39 relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros. Esta norma requer a classificação dos ativos financeiros, no reconhecimento inicial, em duas categorias: mensurados ao valor justo e mensurados ao custo amortizado. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características contratuais do fluxo de caixa dos instrumentos financeiros. Nos passivos financeiros, a principal mudança é a de que nos casos em que a opção de valor justo é adotada, o valor decorrente desta mudança no valor justo devido ao risco de crédito da própria entidade é registrada em outros resultados abrangentes e não na demonstração dos resultados, exceto quando resultar em descasamento contábil.

2.3.2 Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis adotadas pela Companhia a partir de 1º de janeiro de 2013.**CPC 46 Mensuração do Valor Justo (IFRS 13)**

A IFRS 13 apresenta uma base única de orientação para as mensurações do valor justo e divulgações dessa informação. As divulgações quantitativas e qualitativas, com base na hierarquia de valor justo de três níveis atualmente exigidos para instrumentos financeiros, foram complementadas de modo a incluir todos os ativos e passivos em seu escopo. A Administração da Companhia entende que a adoção dessa nova norma resultou em uma divulgação mais abrangente das demonstrações financeiras.

3 Eventos significativos no exercício**3.1 Emissão de Licença de Instalação**

Em 5 de agosto de 2013 foi emitida pela Secretaria do Estado do Meio Ambiente do Estado do Amapá a Licença de Instalação - LI nº 0556/2013, que autoriza a Companhia a executar as obras de construção da UHE Cachoeira Caldeirão, localizado no rio Araguari, entre os municípios de Ferreira Gomes e Porto Grande no Estado do Amapá, formando um reservatório com área aproximada de 47,99 km². Como condicionantes da LI, a Companhia fica responsável por implementar e/ou executar os seguintes programas: Programas Institucionais; Programa de Controle Ambiental das Obras e Construções; Programas Ambientais - Meio Físico; Programas Ambientais - Meio Biótico; e Programas Socioeconômicos. O gasto previsto para o atendimento às condicionantes é de R\$58.338.

A LI é válida pelo período de 2 anos, a contar da data de emissão, sendo a Companhia responsável por requerer sua renovação no prazo de 120 dias antes de sua expiração.

3.2 Medida Provisória nº 627/13 e Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.397/13

A Medida Provisória (MP) nº 627, de 11 de novembro de 2013, e a Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.397, de 16 de setembro de 2013, trouxeram mudanças relevantes para as regras tributárias federais. Os dispositivos da MP entrarão em vigor obrigatoriamente a partir do ano-calendário de 2015, sendo dada a opção de aplicação antecipada de seus dispositivos a partir do ano-calendário de 2014.

Entre as principais alterações nas regras tributárias a MP revoga o Regime Tributário de Transição (RTT) e traz outras alterações. A referida MP já recebeu mais de 500 emendas e a Companhia aguardará a conversão em Lei para uma análise mais profunda e conclusiva. A Companhia elaborou estudo dos possíveis efeitos que poderiam advir da aplicação dessa nova norma e em uma avaliação preliminar concluiu que a sua adoção antecipada, ou não, não resultaria em impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

7 Partes relacionadas

Objeto do contrato	Contraparte	Data da transação	Período de duração	Receitas (despesas) no exercício	
				Passivo 31/12/2013	2013
Partes relacionadas					
Compartilhamento de gastos com locação de imóvel, condominiais, telecomunicação, aprovados pela ANEEL através do despacho nº 2.807/13	EDP - Energias do Brasil	01/07/12	Até a emissão de nova Resolução da ANEEL	2	(16)
Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC	EDP - Energia do Brasil	01/03/13	Indeterminado	600	(16)
				602	(16)

7.1 Contrato de Compartilhamento dos Serviços de Infraestrutura

Os montantes com a EDP Energias do Brasil (controladora) são provenientes do contrato de compartilhamento dos serviços de infraestrutura, que tem por objeto a distribuição dos gastos com locação de imóveis, gastos condominiais e de telecomunicação.

Os valores são estipulados de acordo com percentual previamente estabelecido e identificado no contrato.

As operações realizadas com as contrapartes informadas como compartilhamento de gastos e infraestrutura com partes relacionadas ocorreram no curso normal dos negócios, sem acréscimo de qualquer margem de lucro.

As garantias concedidas e os avais recebidos do acionista estão descritos na nota de Garantias (Nota 20.2).

7.2 Controladora direta e final

A controladora direta da Companhia é a EDP - Energias do Brasil, sendo esta controlada pela EDP - Energias de Portugal S.A.

8 Imobilizado

	31/12/2013	
	Custo Histórico	Valor Líquido
Imobilizado em curso		
Geração		
Terrenos	13.867	13.867
Reservas, barragens e adutoras	134.256	134.256
Adiantamento a fornecedor	64.106	64.106
Total do imobilizado em curso	212.229	212.229
Total imobilizado	212.229	212.229

3.3 Venda de participação acionária

Em 6 de dezembro de 2013 a controladora EDP - Energias do Brasil comunicou ao mercado que estabeleceu uma parceria com a CWE Investment Corporation (CWEI) e CWEI Brasil Participações (CWEI Brasil), subsidiárias controladas integralmente pela China Three Gorges (CTG), para investimentos, em conjunto, no mercado de energia brasileiro.

No âmbito da parceria, a EDP - Energias do Brasil assinou nesta data Contrato de Compra e Venda e Acordo de Acionistas referente a venda de 50% de sua participação na Companhia.

O acordo prevê a participação conjunta das partes em projetos de energia no Brasil, sob uma estrutura acionária equilibrada, com controle compartilhado, equilíbrio de direitos e tomada de decisão com base em consenso entre as partes.

O custo da entrada da CWEI Brasil corresponderá ao reembolso dos custos incorridos pela EDP - Energias do Brasil e à assunção de compromissos dos aportes de capital até o final da construção (estimados em R\$294 milhões), na proporção da participação adquirida. Nos termos do Contrato de Compra e Venda, a conclusão da operação está sujeita à aprovação pela ANEEL, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, órgãos reguladores Chineses e outras providências de natureza societária e contratuais necessárias à efetivação da alienação de controle, que estão previstas para ocorrerem no 1º semestre de 2014.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2013	31/12/2012
Bancos conta movimento	5.111	1
Aplicações financeiras - renda fixa	473.952	
Total	479.063	1

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. A Companhia possui opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade.

Essas aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósitos Bancários, remunerados a taxas que variam de 95,0% a 100,5% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

O cálculo do valor justo das aplicações financeiras é baseado nas cotações de mercado do papel ou informações de mercado que possibillitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de papéis similares.

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 19.3.

5 Impostos e contribuições sociais

	Saldo em 31/12/2012	Adiantamentos/ Pagamentos		Saldo em 31/12/2013
		Adição		
Ativos - Compensáveis				
PIS e COFINS	-	8.025		8.025
IRRF sobre aplicações financeiras	-	1.331		1.331
Total	-	9.356		9.356
Circulante	-			1.331
Não circulante	-			8.025
Total	-			9.356

Passivo - a recolher

ISS	-	1.530	(21)	1.509
PIS, COFINS e CSLL - Sobre serviços prestados por terceiros	-	257	(237)	20
IRRF retido na fonte sobre serviços prestados por terceiros	-	107	(82)	25
Outros	-	227	(128)	99
Total	-	2.121	(468)	1.653
Circulante	-			1.653
Total	-			1.653

6 Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os créditos fiscais a seguir detalhados que serão utilizados para redução de carga tributária futura, foram reconhecidos tomando por base as expectativas de geração de lucros tributáveis nos próximos períodos, no prazo máximo de 10 anos.

6.1 Composição e base de cálculo

Natureza dos créditos	Ativo		Total	IRPJ/CSLL
	Não Circulante	Resultado		
	31/12/2013	2013		
Diferenças Temporárias - RTT				
Gastos Pré-Operacionais	763	275	1.038	1.038
Total diferenças temporárias - RTT	763	275	1.038	1.038
Total Ativos Diferidos	763	275	1.038	

Receita (despesa) de imposto de renda e contribuição social diferidos

1.038

A mutação no Imposto de renda e contribuição social diferido do exercício de 2013, foi registrada em contrapartida a débito do resultado do exercício em R\$1.038.

6.2 Resultados tributáveis futuros

Para atendimento à Instrução CVM nº 371/02, a Administração elaborou, em 31 de dezembro de 2013, projeção de resultados tributáveis futuros, inclusive considerando seus descontos a valor presente, demonstrando a capacidade de realização desses créditos tributários nos períodos indicados. Baseada no estudo técnico das projeções de resultados tributáveis computados de acordo com a Instrução CVM nº 371/02, a Companhia estima recuperar o crédito tributário não circulante entre os exercícios de 2022 a 2023.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

A movimentação do imobilizado no exercício é a seguinte:

	Valor líquido em 31/12/2012		Juros Baixas de Reclas- sificação	Valor líquido em 31/12/2013
Imobilizado em curso				
Terrenos	-	6.635	7.232	13.867
Máquinas e equipamentos	-	50.072	(50.072)	-
Reservas, barragens e adutoras	-	143.484	(6.014)	134.256
Adiantamento a fornecedor	-	-	64.106	64.106
Total do imobilizado em curso	-	200.191	7.232 (6.014)	212.229
Total do imobilizado	-	200.191	7.232 (6.014)	212.229

O saldo de Adiantamento a fornecedor refere-se aos valores previstos nos contratos firmados de compra de máquinas e equipamentos da UHE Cachoeira Caldeirão, envolvendo, principalmente, a construção, transporte e montagem da UHE.

O valor na rubrica de Baixas de provisão referem-se ao ajuste de provisionamento de licenças ambientais pela realização efetiva de gastos (Nota 13.1).

8.1 Ingressos**Construção UHE Cachoeira Caldeirão**

A Companhia celebrou um contrato de *Engineering Procurement and Construction* - EPC na modalidade *turn-key* pleno com um consórcio constituído pelas empresas CESBE S.A Engenharia e Empreendimentos, Alstom Brasil Energia e Transporte Ltda. e Bardella S.A. Indústrias Mecânicas, para a construção da UHE Cachoeira Caldeirão.

A construção da UHE Cachoeira Caldeirão tem evoluído de acordo com o cronograma previsto.

A Licença de Instalação do projeto foi emitida em 05 de agosto de 2013 e as obras foram iniciadas neste mesmo mês, com conclusão prevista para 2016.

O investimento total previsto para o projeto está entre R\$1,1 bilhões e R\$1,3 bilhões, sendo previstos investimentos de 14% em 2013, 42% em 2014, 37% em 2015 e 7% em 2016.

11 Debêntures**11.1 Composição do saldo de Debêntures**

Agente Fiduciário	Quantidade de títulos	Valor nominal unitário	Valor total	Data da emissão	Vigência do contrato	Finalidade	Custo da dívida	Forma de pagamento	Encargos Circulante	Principal Circulante	Total
Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	16.800	10	168.000	1ª emissão em 08/03/2013	08/03/2013 a 08/10/2014	Investimento na UHE Cachoeira Caldeirão	106,3 % do CDI	Principal e juro em parcela única no final	12.056	168.000 (740)	180.056 (740)
(-) Custos de emissão			(1.292)								
Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	47.800	10	478.000	2ª emissão em 08/12/2013	08/12/2013 a 08/10/2014	Investimento na UHE Cachoeira Caldeirão	106,3 % do CDI	Principal e juro em parcela única no final	2.830	478.000 (456)	480.830 (456)
(-) Custos de emissão											
Total									14.886	644.804	659.690

Para maiores informações a respeito das garantias, vide a nota 20.2.

11.2 Mutação das debêntures no exercício:

	Valor líquido em 31/12/2012	Ingressos	Juros provisionados	Transfe- rências	Amortização do custo de transação	Valor líquido em 31/12/2013
Circulante						
Debêntures						
Principal		478.000		168.000		646.000
Juros			6.834	8.052		14.886
Custo de transação		(502)		(1.292)	598	(1.196)
	-	477.498	6.834	174.760	598	659.690
Não circulante						
Debêntures						
Principal		168.000		(168.000)		-
Juros			8.052	(8.052)		-
Custo de transação		(1.292)		1.292		-
	-	166.708	8.052	(174.760)	-	-

11.3 Vencimento das parcelas do Circulante e Não circulante:**Vencimento****Circulante**

2014 659.690

Total 659.690

As principais cláusulas dos contratos prevendo rescisão estão descritas abaixo. A totalidade das cláusulas podem ser consultadas nos prospectos das respectivas emissões.

(i) descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação prevista na Escritura de Emissão, não sanada no período estipulado pela Escritura de Emissão;

(ii) descumprimento, de qualquer obrigação referente ao principal e/ou à remuneração, não sanadas no período estipulado;

(iii) cisão, fusão, incorporação da Fiadora que implique em redução na classificação de risco (rating) em mais de uma nota, exceto se: (i) referida operação societária envolverem outra empresa do mesmo grupo econômico da Fiadora; ou (ii) for obtida aprovação ou anuência prévia dos Debenturistas que representem 2/3 das Debêntures em Circulação;

(iv) pedido de auto-falência;

(v) liquidação, dissolução ou decretação de falência;

(vi) se a Emissora propuser plano de recuperação extrajudicial a qualquer credor ou classe de credores, independentemente de ter sido requerida ou obtida homologação judicial do referido plano;

(vii) perda ou término antecipado de quaisquer concessões ou intervenções pelo poder cedente, por qualquer motivo, das concessões de energia elétrica da Fiadora, que individualmente ou em conjunto, representem mais de 10% da receita líquida consolidada da Fiadora no último exercício social;

(viii) notificação de sentença condenatória final transitada em julgado em ação judicial cujo valor individualmente seja superior a R\$50.000, desde que tal sentença possa colocar em risco o fiel cumprimento das obrigações; e (ix) notificação de sentença condenatória final transitada em julgado em ação judicial contra a Fiadora cujo valor individualmente seja superior a R\$75.000, desde que tal sentença possa colocar em risco o fiel cumprimento das obrigações.

Em 31 de dezembro de 2013 a Companhia encontra-se em pleno atendimento de todas as cláusulas restritivas dos *covenants*, previstas no contrato de debêntures.

12 Uso do bem público - UBP

O Uso do Bem Público - UBP é um direito de outorga decorrente de processos licitatórios onde o concessionário entrega, ou promete entregar, recursos econômicos em troca do direito de explorar o objeto de concessão ao longo do prazo previsto no contrato.

O UBP será pago ao longo do período da concessão a partir da entrada em operação comercial ou da entrega da energia objeto de Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR, o que ocorrer primeiro, conforme previsto no Contrato de Concessão.

A Companhia, como retribuição pela outorga a ela concedida para exploração do potencial hidrelétrico da usina UHE Cachoeira Caldeirão, registrou a obrigação pelo futuro pagamento do UBP, atualizado com base na variação anual do IPCA, calculados pela Fundação Getúlio Vargas (ou outro índice que vier a substituí-lo), no mês base de janeiro.

A Administração da Companhia considera o momento da obtenção da Licença de Instalação - LI para efetuar o reconhecimento do UBP, pois é o marco necessário para atendimento das condições de viabilidade do negócio.

O valor justo total da obrigação relacionada com o UBP até o final do contrato de concessão, foi provisionado e capitalizado em contrapartida do Ativo Intangível (Nota 9) no momento inicial do reconhecimento. A provisão do pagamento do UBP foi reconhecida de acordo com o CPC 25 e, para a apuração do valor justo, foi considerado o CPC 38.

Os saldos estão reconhecidos ao valor presente pela taxa de 7%.

Segue abaixo movimentação no exercício:

	Saldos em 31/12/2012	Ingressos	Ajuste a Valor Presente	Encargos e atualizações monetárias	Saldo em 31/12/2013
Não Circulante					
Uso do Bem Público		20.407	(13.769)	486	7.124
	-	20.407	(13.769)	486	7.124

13 Provisões

	Circulante 31/12/2013	Não circulante 31/12/2013
Licenças ambientais	37.016	12.918
Total	37.016	12.918

13.1 Licenças Ambientais

O montante de R\$49.934 em 31 de dezembro de 2013, refere-se a provisões para custos necessários para atribuição das licenças prévias, de instalação e de operação da UHE Cachoeira Caldeirão, relativos às exigências efetuadas pelos órgãos competentes. Estes custos estão associados ao Projeto Básico Ambiental ou são adicionais a este, onde os principais itens são o reflorestamento de áreas, aquisição e regularização de áreas rurais e urbanas, recomposição e melhoria da infraestrutura viária, elétrica e sanitária e a implantação de unidades de conservação. O reconhecimento desses custos ocorreu contra a rubrica de Imobilizado, pelos tais estarem associados ao Projeto Básico Ambiental sendo, portanto, tratados como custo da usina. O saldo desta provisão é reconhecido a valor presente das obrigações estimadas e atualizado monetariamente com base no IGP-M.

14 Patrimônio líquido**14.1 Capital social**

O Capital social em 31 de dezembro de 2013 e 2012 é de R\$1 e está representado por 500 ações ordinárias, sem valor nominal, integralmente detidas pela EDP - Energias do Brasil.

9 Intangível

	31/12/2013	
	Custo histórico	Valor líquido
Intangível em curso		
Geração	17.768	17.768
Total do Intangível em Curso	17.768	17.768
Total do intangível	17.768	17.768

Do valor total do Intangível R\$10.644 referem-se a desenvolvimento de projetos relativos a construção da UHE Cachoeira Caldeirão.

A movimentação do intangível no exercício é a seguinte:

	Valor líquido em 31/12/2012	Ingressos	Reclas- sificação	Valor líquido em 31/12/2013
Intangível em curso				
Direito de concessão - Uso do Bem Público - UBP	-	7.124		7.124
Outros Intangíveis em curso	-	21.464	(10.820)	10.644
Total do intangível	-	28.588	(10.820)	17.768

9.1 Direito de concessão - Uso do Bem Público - UBP

O valor do UBP foi constituído levando em consideração o pagamento total a ser feito para a União até o final da concessão atualizado pelo IPCA e ajustado a valor presente. O seu registro foi no Intangível e a contrapartida no passivo (Nota 12). A amortização ocorrerá a partir da entrada em operação da UHE até o término da concessão.

10 Fornecedores

	31/12/2013	
	Circulante	Total
Materiais e serviços	2.900	2.900
Total	2.900	2.900

15 Gastos operacionais

	2013		
	Encargos Circulante	Principal Circulante	Total
Investimento na UHE Cachoeira Caldeirão	12.056	168.000 (740)	180.056 (740)
Investimento na UHE Cachoeira Caldeirão	2.830	478.000 (456)	480.830 (456)
	14.886	644.804	659.690

15 Gastos operacionais

	2013			
	Custo de operação	Despesas operacionais Gerais e administrativas	Outras	Total
Gerenciáveis				
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada	223	213		436
Material	4	94		98
Serviços de terceiros	9	1.268		1.277
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas			4	4
Aluguéis e arrendamentos	6	143		149
Outras	9	80		89
	251	1.798	4	2.053
Total	251	1.798	4	2.053

16 Resultado financeiro

	2013	
	Receitas financeiras	Despesas financeiras
Renda de aplicações financeiras		8.197
(-) Juros capitalizados		(8.436)
Outras receitas financeiras		239
		-
Total		2013

17 Imposto de renda e contribuição social

	Imposto de renda	Contribuição social
	2013	2013
Prejuízo antes do IRPJ e CSLL	(3.053)	(3.053)
Alíquota	25%	9%
IRPJ e CSLL	763	275
Despesa de IRPJ e CSLL	763	275
Alíquota Efetiva	25%	9%

18 Resultado por ação

O resultado básico por ação da Companhia para o exercício apresentado é calculado pela divisão do resultado atribuível aos titulares de ações ordinárias da Companhia pelo número médio ponderado de ações ordinárias em poder dos acionistas.

No exercício de 2013, a Companhia não operou com instrumentos financeiros passivos conversíveis em ações próprias ou transações que gerassem efeito diluível ou antidiluível sobre o resultado por ação do exercício. Dessa forma, o resultado "básico" por ação que foi apurado para o exercício é igual ao resultado "diluído" por ação segundo os requerimentos do CPC 41. O cálculo do resultado "básico e diluído" por ação é demonstrado na tabela a seguir:

	2013	
	Resultado líquido do exercício atribuível aos acionistas	Resultado líquido do exercício atribuível aos acionistas controladores (mil)
Média ponderada do número de ações ordinárias em poder dos acionistas controladores (mil)		0,5
Resultado básico e diluído por ações (reais/ação)		(4.030)

19 Instrumentos financeiros

Em atendimento aos Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 3/09, Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 2/11 e Instrução CVM nº 475/08, quando aplicável, a Companhia efetua avaliação de seus instrumentos financeiros, inclusive os derivativos.

19.1 Considerações gerais

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar crédito, liquidez, segurança e rentabilidade. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição aos riscos financeiros (câmbio, taxa de juros e etc), a qual é reportada regularmente por meio de relatórios de risco disponibilizados à Administração. Em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil, e com base nas análises periódicas substanciadas nos relatórios de risco, são definidas estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros, as quais são aprovadas pela Administração, para operacionalização da referida estratégia.

A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado por meio de sistemas operacionais integrados à plataforma SAP. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de políticas e estratégias definidas pela Administração e incluem o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado, previsão de fluxos de caixa futuros e estabelecimento de limites de exposição. Essa política determina também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a confirmação e operacionalização das transações junto às contrapartes, sejam feitas com a devida segregação de funções.

19.2 Classificação dos instrumentos financeiros

	Nota	Categoria	Níveis	31/12/2013	31/12/2013
				Valor Justo	Valor Contábil
Ativos financeiros					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	Valor justo por meio do resultado	Nível 1	5.111	5.111
Caixa e equivalentes de caixa	4	Valor justo por meio do resultado	Nível 2	473.952	473.952
				479.063	479.063
Passivos financeiros					
Circulante					
Fornecedores	10	Outros ao custo amortizado	Nível 2	2.900	2.900
Debêntures	11	Outros ao custo amortizado	Nível 2	659.690	659.690
Não circulante					
Partes relacionadas	7	Valor justo por meio do resultado	Nível 2	2	2
Uso do bem público	12	Outros ao custo amortizado	Nível 2	7.124	7.124
				669.716	669.716

19.2.1 Valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

O conceito de valor justo trata de inúmeras variações sobre métricas utilizadas com o objetivo de mensurar um montante em valor confiável, para isso, alguns modelos matemáticos foram desenvolvidos.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Para apuração do valor justo, a Companhia projeta os fluxos dos instrumentos financeiros até o término das operações seguindo as regras contratuais, inclusive para taxas pós fixadas e utiliza como taxa de desconto o Depósito Interbancário - DI futuro divulgado pela BM&FBOvespa. Algumas rubricas apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo, essa situação acontece em função desses instrumentos financeiros possuírem características substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.

As operações com instrumentos financeiros estão apresentadas no balanço da Companhia pelo seu valor contábil que equivale ao seu valor justo, exceto para determinados empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas, que neste caso, o valor contábil pode diferir do seu valor justo.

As informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas a seguir levando em consideração seus prazos e relevância de cada instrumento financeiro:

(i) Caixa e equivalentes de caixa: são aplicadas políticas de risco da Administração onde o saldo é apresentado pelo custo acrescido de juros e com liquidez imediata que equivalem a valor justo. Conforme políticas da Administração, as aplicações são consolidadas por contraparte e por *rating* de crédito de modo a permitir a avaliação de concentração e exposição de risco de crédito. Esta exposição máxima ao risco também é medida em relação ao Patrimônio Líquido da Instituição Financeira.

(ii) Partes relacionadas: é composto por contratos de compartilhamento de gastos regulados pela ANEEL, sem conflitos de interesses e em condições reais de mercado, contemplando apenas os valores devidos sem acréscimos de nenhum tipo.

(iii) Fornecedores: são compostos de valores a pagar relativos a compra de materiais e serviços para a construção da UHE Cachoeira Caldeirão. Pelo fato deste saldo ter giro constante, não são aplicadas metodologias de valor justo para esta rubrica.

(iv) Uso do bem público: consiste em um instrumento financeiro demonstrado ao custo amortizado atualizado pelo IGP-M incorrido até a data do balanço. Os saldos do passivo circulante e não circulante estão reconhecidos ao valor presente, pela taxa implícita no projeto de 7% que representa o custo médio de capital na data da assinatura dos contratos de concessão na modalidade de UBP para a Companhia.

(v) Debêntures: são valorizados por meio de modelo de precificação aplicado individualmente para cada transação levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas por meio das curvas de juros de mercado, tendo como base, sempre que disponível, informações obtidas pelo site da BM&FBOvespa. Desta forma, o valor de mercado de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto.

19.2.2 Mensuração a valor justo

A hierarquização dos instrumentos financeiros por meio do valor justo regula a necessidade de informações mais consistentes e atualizadas com o contexto externo à Companhia. São exigidos como forma de mensuração para o valor justo dos instrumentos da Companhia:

- (a) Nível 1 - preços negociados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;
(b) Nível 2 - diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; e

Operação	Aging cenário provável			Acima de 5 anos	Cenário (I) Provável	Cenário (II) Aumento do risco em 25%	Cenário (III) Aumento do risco em 50%	Cenário (IV) Redução do risco em 25%	Cenário (V) Redução do risco em 50%
	Risco	Até 1 ano	2 a 5 anos						
Instrumentos financeiros ativos	CDI	85.298			85.298	21.324	42.649	(21.324)	(42.649)
Instrumentos financeiros passivos	CDI	(44.744)			(44.744)	(10.657)	(21.118)	10.860	21.931
	CDI	40.554			40.554	10.667	21.531	(10.464)	(20.718)

A curva futura do indicador financeiro CDI está em acordo com o projetado pelo mercado e alinhadas com a expectativa da Administração da Companhia.

O indicador teve seu intervalo conforme apresentado a seguir: CDI entre 7,75% e 10,50%.

19.4 Risco de liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações, quando aplicável. A Administração da Companhia somente utiliza linhas de créditos que possibilitem sua alavancagem operacional, essa premissa é afirmada quando observamos as características das captações efetivadas.

Covenants são indicadores econômico-financeiros de controle da saúde financeira da Companhia exigidos nos contratos de ingresso de recursos. O não cumprimento dos *covenants* impostos nos contratos de empréstimos e financiamentos pode acarretar em um desembolso imediato ou vencimento antecipado de uma obrigação com fluxo e periodicidade definidos. A relação dos *covenants* por contrato aparecem descritos individualmente na nota 11. Até 31 de dezembro de 2013 todos os *covenants* das obrigações contratadas foram atendidos em sua plenitude.

O ativo financeiro mais expressivo da Companhia é demonstrado na rubrica Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4). A Companhia em 31 de dezembro de 2013 tem em Caixa um montante cuja disponibilidade é imediata e Equivalentes de caixa que são aplicações financeiras de liquidez imediata que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa.

Além do controle de *covenants* atrelado ao risco de liquidez, existem garantias contratadas (Nota 20.2) para a rubrica de Debêntures. Essas garantias contratuais são o máximo que a Companhia pode ser exigida a liquidar, conforme os termos dos contratos de garantia financeira, caso o valor total garantido seja executado pela contraparte decorrente de falta de pagamento.

Os riscos de liquidez atribuídos as rubricas de Debêntures referem-se a Juros futuros e consequentemente, não contabilizados e encontram-se demonstrados na nota 20.1.

O capital circulante líquido da Companhia que corresponde à diferença entre o ativo circulante e o passivo circulante em 31 de dezembro de 2013 foi negativo em R\$220.865. A Administração da Companhia entende que possui liquidez satisfatória, mesmo com o capital circulante líquido negativo, representando condições adequadas para cumprir as obrigações operacionais de curto prazo com o empréstimo-ponte contratado para a construção da usina de Cachoeira Caldeirão. Esse empréstimo-ponte será liquidado com o financiamento de longo prazo que está sendo estruturado junto ao BNDES.

19.5 Risco de crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade da Companhia não realizar seus direitos, essa descrição está diretamente relacionada à rubrica de Caixa e equivalentes de caixa.

No setor de energia elétrica as operações realizadas estão direcionadas ao regulador que mantém informações ativas sobre as posições de energia produzida e consumida, a partir dessa estrutura, planejamentos são criados buscando o funcionamento do sistema sem interferências ou interrupções. As comercializações são geradas a partir de leilões, contratos, entre outras, esse mecanismo agrega confiabilidade e controla a inadimplência entre participantes setoriais.

Outra importante fonte de risco de crédito é associada às aplicações financeiras. A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais com base nas políticas e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade.

Estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil, são realizadas periodicamente baseadas nas informações extraídas dos relatórios de riscos.

As decisões sobre aplicações financeiras são orientadas por uma Política de Gestão de Riscos Financeiros da Companhia, que estabelece condições e limites de exposição a riscos de mercado avaliados por agências especializadas. A política determina níveis de concentração de aplicações em instituições financeiras de acordo com o *rating* do banco e o montante total das aplicações da Companhia, de forma a manter uma proporção equilibrada e menos sujeita a perdas.

A Administração entende que as operações de aplicações financeiras contratadas não expõem a Companhia a riscos significativos que futuramente possam gerar prejuízos materiais.

20 Compromissos contratuais e Garantias**20.1 Compromissos contratuais**

(c) Nível 3 - para o ativo ou passivo que são baseados em variáveis não observáveis no mercado. São geralmente obtidas internamente ou em outras fontes não consideradas de mercado.

A metodologia aplicada na segregação por níveis para o valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia foi baseada em uma análise individual buscando no mercado operações similares às contratadas e observadas. Os critérios para comparabilidade foram estruturados levando em consideração prazos, valores, carência, indexadores e mercados atuantes. Quanto mais simples e fácil o acesso à informação comparativa mais ativo é o mercado, quanto mais restrita a informação, mais restrito é o mercado para mensuração do instrumento. Não houve alteração nas classificações dos níveis de Instrumentos financeiros no exercício.

19.3 Risco de mercado

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e, portanto representam fatores de riscos financeiros.

As debêntures captadas pela Companhia apresentadas na nota 11, possuem como contraparte o agente fiduciário Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários (risco CDI). As regras contratuais para os passivos financeiros adquiridos pela Companhia criam fundamentalmente riscos atrelados a essas exposições. Em 31 de dezembro de 2013 a Companhia possui risco de mercado associado ao CDI.

Como riscos de mercado associados à taxas de juros, atribui-se ao CDI a consideração de que a economia brasileira apresenta um panorama favorável ao crescimento com solidez e investimentos voltados para a infraestrutura. A inflação sob controle e a oferta de crédito são fatores de primeira importância na captação com baixo risco de recursos atrelados a esses indexadores. Deve-se considerar que se houver aumento da inflação e da taxa SELIC, poderemos ter um custo maior na realização dessas operações.

Considerando que a taxa de mercado (ou custo de oportunidade do capital) é definida por agentes externos, levando em conta o prêmio de risco compatível com as atividades do setor e que, na impossibilidade de buscar outras alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, face aos negócios da empresa e às peculiaridades setoriais, o valor de mercado desta parcela de empréstimos aproxima-se ao seu valor contábil, assim como os demais ativos e passivos financeiros avaliados.

19.3.1 Análise de sensibilidade

No quadro a seguir foram considerados cenários dos indexadores utilizados pela Companhia, com as exposições aplicáveis de flutuação de taxas de juros e outros indexadores até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário I (provável) o adotado pela Companhia, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do relatório Focus do Banco Central, os cenários II e III com 25% e 50% de aumento do risco, respectivamente, e os cenários IV e V com 25% e 50% de redução, respectivamente.

Essas análises de sensibilidade foram preparadas de acordo com a Instrução CVM nº 475/08, tendo como objetivo mensurar o impacto das mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados da Companhia em função da variação de cada risco destacado.

Operação	Aging cenário provável			Acima de 5 anos	Cenário (I) Provável	Cenário (II) Aumento do risco em 25%	Cenário (III) Aumento do risco em 50%	Cenário (IV) Redução do risco em 25%	Cenário (V) Redução do risco em 50%
	Risco	Até 1 ano	2 a 5 anos						
Instrumentos financeiros ativos	CDI	85.298			85.298	21.324	42.649	(21.324)	(42.649)
Instrumentos financeiros passivos	CDI	(44.744)			(44.744)	(10.657)	(21.118)	10.860	21.931
	CDI	40.554			40.554	10.667	21.531	(10.464)	(20.718)

Em 31 de dezembro de 2013, os compromissos por obrigações de compras (que não estão registrados nas demonstrações financeiras), são apresentadas por maturidade de vencimento, como segue:

	31/12/2013			
	Total Geral	Até 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos
Obrigações de compra	217.965	8.009	209.483	473
Juros futuros de Debêntures	50.825	50.825		
	268.790	58.834	209.483	473

Os compromissos contratuais referidos no quadro acima, estão a valor presente e refletem essencialmente acordos e compromissos necessários para o decurso normal da atividade operacional da Companhia. Para os itens que não estão registrados nas demonstrações financeiras, foi utilizado como taxa de desconto, o custo médio de capital da Companhia.

As obrigações de compra incluem essencialmente responsabilidades relacionadas com contratos de longo prazo relativos ao fornecimento de produtos e serviços vinculados ao ativo imobilizado com curso da Companhia.

20.2 Garantias**Tipo de garantia oferecida**

Fiança Corporativa 660.887
Seguro garantia 42.797

Fiança Corporativa: A fiança é uma garantia de satisfazer ao credor uma obrigação assumida pelo devedor, caso este não o faça. Corporativa quando é prestada por pessoas jurídicas.

Em 31 de dezembro de 2013, o saldo, refere-se a emissão de debêntures.

Seguro garantia: O Seguro garantia é um tipo de seguro destinado aos órgãos públicos e às empresas privadas com o objetivo de garantir o fiel cumprimento das obrigações contratuais estipuladas pelas partes, conforme descrito na apólice. Nas empresas privadas encontram-se o seguro em relações contratuais feitas com terceiros que desejam mitigar ou anular o risco de descumprimento com seus fornecedores, prestadores de serviços etc.

Em 31 de dezembro de 2013, o saldo, em sua totalidade refere-se ao aporte de garantia de participação do Leilão 06/2012 (A-5).

21 Cobertura de seguros

A Companhia mantém contratos de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas, levando em conta a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e responsabilidades. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente, não foram analisadas pelos auditores independentes.

Os principais valores em risco com coberturas de seguros são:

	31/12/2013
Usinas	781.700
Responsabilidade civil	50.000
Transportes (veículos)	1.600
Acidentes pessoais	2.718

22 Transações não envolvendo caixa

Em conformidade com o CPC 03 (R2) as transações de financiamento e investimento que não envolvem o uso de caixa ou equivalentes de caixa não devem ser incluídas na demonstração dos fluxos de caixa.

No exercício a Companhia realizou: (i) a capitalização de encargos de dívidas ao imobilizado no valor de R\$7.232; e (ii) provisionamento de R\$49.934 relativo a provisão de licenças ambientais. Ambas atividades não envolveram a movimentação de caixa e, portanto, não estão refletidas na demonstração do fluxo de caixa da Companhia.

23 Meio ambiente

A Companhia segue a abrangente legislação ambiental brasileira nas esferas federal, estadual e municipal. Além do cumprimento desta legislação, que é fiscalizado por órgãos e agências governamentais, a Companhia investe em ações sócio-ambientais focadas no desenvolvimento sustentável.

Os gastos de natureza ambiental acumulados até 31 de dezembro de 2013 foram de R\$6.215, sendo este montante totalmente capitalizado no Imobilizado no exercício, relativos à gestão e proteção do meio ambiente.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Ana Maria Machado Fernandes Presidente	Luiz Otávio Assis Henriques Vice-Presidente	Miguel Dias Amaro Conselheiro	Miguel Nuno Simões Nunes Ferreira Setas Conselheiro
---	--	----------------------------------	--

DIRETORIA

Luiz Otávio Assis Henriques Diretor-Presidente	André Luiz de Castro Pereira Diretor de Engenharia e Construção	Stella Maris Moreira Fuão Diretora Administrativo e Financeiro	André Luís Nunes de Mello Almeida Diretor Tributário, Consolidação e Contabilidade	Ana Paula Marzano Cerqueira Contadora - CRC 1SP204118/O-8 "S" AP
---	--	---	---	---

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas

Empresa de Energia Cachoeira Caldeirão S.A.

Examinamos as demonstrações financeiras da Empresa de Energia Cachoeira Caldeirão S.A. (a "Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequação apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos

da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Empresa de Energia Cachoeira Caldeirão S.A. em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Outros assuntos**Informação suplementar - demonstração do valor adicionado**

Examinamos também a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, preparada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar, uma vez que as IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2014



PricewaterhouseCoopers

Auditores Independentes

CRC 2SP000160/O-5

Valdir Renato Coscodai

Contador CRC 1SP165875/O-6